

POVO LIVRE

GOVERNO

NÃO DÁ ESPERANÇA

Os resultados da governação socialista estão à vista: há um milhão e meio de portugueses sem médico de família, os alunos conhecem mais um ano escolar perdido e os portugueses enfrentam dificuldades diárias com as greves nos transportes públicos

4 PRESIDENTE

PSD e PP espanhol planeiam cimeira conjunta

O Presidente do PSD e o líder do PP espanhol ponderam realizar uma cimeira conjunta, porque, considera Luís Montenegro, Portugal e Espanha “não se podem resignar a uma situação de periferia na Europa”

11 LOCAIS

Água potável chegará a todas as aldeias de Castro Marim em 2025

Após tomar posse, em 2013, Francisco Amaral apercebeu-se de que ainda “havia 57 montes que nem sequer tinham água potável” e onde o “abastecimento era feito através de furos não potáveis”

18 REGIONAIS

Governo açoriano critica ERSE pelo aumento do preço da energia

O Governo Regional criticou a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos devido ao aumento dos preços da luz em 2023, considerando “não fazer sentido” aplicar uma “multa” à região por estar num mercado regulado

Tervetuloa Suomi

Bem-vinda, Finlândia

Ontem, dia 4 de abril, a Finlândia tornou-se, oficialmente, membro da Aliança Militar da NATO, naquele que foi o processo mais célere de toda a história moderna da organização do Atlântico Norte.



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Conforme as palavras do Secretário-Geral da Nato, esta decisão torna não só a Finlândia mais segura, mas também a Suécia e ainda toda a NATO, abrindo, desde já, o caminho para uma futura e próxima adesão dos suecos.

Assim, nas comemorações do 74º aniversário da organização, houve já mais uma bandeira a ser hasteada, passando agora para 31 nações.

A ameaça russa, transmitida há poucos dias pelo seu embaixador em Estocolmo, onde afirmava que o alargamento da NATO para a Suécia e Finlândia os tornaria “alvos legítimos” para Moscovo, não surtiu grande efeito prático, havendo, portanto, um progresso na estrutura da aliança, que agora caminha para uma quase duplicação das suas fronteiras com a Rússia.

A entrada da Finlândia na NATO acaba por encobrir, de certa forma, o facto ocorrido no Conselho de Segurança da ONU a 1 de abril último: no dia das mentiras, a verdade é que a Rússia assumiu a presidência daquele órgão, no quadro da rotatividade consagrada, numa altura em que aumentam as vozes que defendem que a Rússia já não deveria ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Mais do que uma situação incómoda, esta assunção da presidência por parte dos Russos vem evidenciar a necessidade de rever alguma coisa nas Nações Unidas, criando vias legais nas suas normas para evitar este tipo de embaraços.

Regressando à adesão dos finlandeses, este ato simbólico refletirá uma estratégia de reajustamento do Ocidente no quadro de mudanças na ordem mundial, procurando fazer face às novas ameaças que vêm de leste e reforçando, também por esta via, a cooperação e o respeito pela determinação do povo e das fronteiras da Ucrânia como exemplo para quaisquer e eventuais ambições territoriais do Kremlin.

Este é o único caminho possível. O caminho da diplomacia e da cooperação internacional, com o isolamento dos regimes totalitários e autocráticos que, por uma qualquer motivação, se julgam superiores e no direito de invadir países vizinhos.

Se a esta adesão dos finlandeses juntarmos a recente decisão do Tribunal Penal Internacional em emitir um mandado de captura contra Vladimir Putin, por crime de “transferência” de crianças ucranianas – na prática, uma veemente condenação pública dos crimes cometidos durante esta guerra sem sentido – constatamos uma unidade cada vez maior em torno de uma causa que há muito ultrapassou as fronteiras ucranianas.

Por isso é tão importante que a maioria dos líderes mundiais mantenha a sua firme convicção na defesa da liberdade, da democracia e da autodeterminação dos ucranianos, com a esperança que as hesitações que ainda existem nalgumas latitudes se esbatam rapidamente.

Estou certa que, se tal acontecer, caminharemos para um mundo melhor e em paz.

GOVERNO GERE DOSSIER DA TAP COM MENTIRA, LOGRO, INDECÊNCIA, DISPLICÊNCIA, PROMISCUIDADE E DESONESTIDADE



“Mentira, logro, indecência, displicência, promiscuidade e desonestidade”. É desta forma que Luís Montenegro caracteriza o comportamento do Governo no dossier da TAP.

Para o Presidente do PSD, as revelações feitas ontem no decorrer da comissão de inquérito à TAP “ultrapassam largamente o âmbito da mera leviandade ou negligência com que o Governo tem gerido os destinos do País” e este dossier.

“Quando eu for primeiro-ministro comportamentos destes não passarão incólumes. O Governo está infestado de ministros diminuídos. Mas quem tem de decidir pela sua permanência é António Costa. Go-

verno está numa situação pantanosa”, assegurou o Presidente do PSD.

O líder social-democrata, em declarações à imprensa, afirmou que existe uma enorme “indignação pelos escandalosos abusos de posição dominante da maioria absoluta”, que se torna clara na “confusão entre o Estado e o Partido Socialista”.

Assistimos a uma “grande demonstração da destruição do capital de confiança entre os eleitores e o Governo”, pois estamos perante “uma visão instrumental que o Governo tem do senhor Presidente da República, que aparece aos olhos de membros do Governo como um peão do PS ao serviço da sua agenda”. Há uma clara “violação da moral

e da ética republicanas, evidenciada em reuniões secretas e embustes teatrais para tentar enganar os portugueses”.

O Presidente do PSD defende que estas são situações “de uma enorme gravidade, que não podem passar em claro”. O Estado não pode ser o “dono disto tudo” e o Primeiro-ministro tem a obrigação de prestar esclarecimentos ao país.

“Dr. António Costa, não se esconda atrás dos assessores de comunicação”, desafiou Luís Montenegro, apelando ao Primeiro-ministro que esclareça se “a TAP é tóxica? Eu não sei se é, mas governar é assumir responsabilidades”. A “função do governo e do Primeiro-ministro é

responder pelas suas ações”, defende o social-democrata.

Os portugueses merecem e exigem com urgência uma posição pública do Primeiro-ministro. Afinal, “de que tem medo António Costa?”, questiona Luís Montenegro.

Aquilo a que assistimos diariamente é a “um padrão de comportamento que não é digno de um governo de bem e de um governo de boa-fé”, estando os portugueses perante “um ambiente institucional poluído pelos abusos de poder”.

“O Governo deixou a TAP a voar às cegas: sem rota, sem piloto e com o dinheiro dos portugueses”, criticou o líder social-democrata.

PSD E PP ESPANHOL PLANEIAM CIMEIRA CONJUNTA

O Presidente do PSD e o líder do PP espanhol ponderam realizar uma cimeira conjunta, porque, considera Luís Montenegro, Portugal e Espanha “não se podem resignar a uma situação de periferia na Europa”.



O líder do PSD recebeu na quarta-feira, 29 de março de 2023, em Lisboa, e jantou com Alberto Núñez Feijóo. “Foi uma reunião que correu muito bem, muito profícua. Tivemos oportunidade de partilhar reflexões económicas, sociais e políticas dos dois países e do que podemos fazer unidos para contrariar um ciclo de empobrecimento que se passa nos dois lados da fronteira”, afirmou Luís Montenegro.

No encontro, foi abordada a “situação muito difícil de pessoas e empresas” nos dois países e a perda de competitividade “para outras geografias da Europa, designadamente a Leste”.

“Acertámos algumas agulhas relativamente a questões que têm a ver com a energia, com as interconexões com o resto da Europa, com as questões do transporte e da mobilidade, em especial da ferrovia, e também a necessidade de tiramos mais proveito do potencial que temos de ligação à América do Norte e à América Latina e também a África”, detalhou o Presidente do PSD.

“Temos de recentrar os nossos objetivos estratégicos”, acrescentou.

Depois de receber o líder do PP espanhol em Lisboa já por duas vezes, o Presidente do PSD deverá deslocar-se em breve a Madrid.

“Nós estamos a pensar em fazer uma cimeira conjunta para partilhar a evolução dos vários dossiês conjuntos (...) É importante que, quer Portugal quer Espanha, não se resignem a uma situação de periferia relativamente às questões europeias”, acentuou.

Para o Presidente do PSD, os dois países estão hoje “mais longe do centro de decisão do que no passado”, apontando como objetivo ter “uma frente mais articulada e coordenada para vencer alguns dos desafios que temos pela frente”.

O PSD e o PP fazem parte da família política, o Partido Popular Europeu (PPE).



Portugal e Espanha não se podem resignar a uma situação de periferia na Europa

AACREDI



**TAP: O CFO
MENTIU E O
PRIMEIRO-
MINISTRO
TEM DE
TOMAR UMA
POSIÇÃO**



“O CFO da TAP mentiu na Comissão Parlamentar de Inquérito”, afirmou hoje o Presidente do PSD, acrescentando que, dado que o CFO (Chief Financial Officer) reporta diretamente ao Ministério das Finanças, “quero instar o Ministro das Finanças e o Primeiro-ministro a tomar uma posição acerca da falta de verdade” do depoimento feito em sede parlamentar.

Em declarações aos jornalistas, na sede do PSD, Luís Montenegro, disse também que as posições tomadas pelo Governo socialista têm sido marcadas pela ligeireza e displicência com que tomam decisões, como se viu recentemente no pacote para a Habitação. “O Governo teima em manter decisões que não

” Decisões tomadas pelo Governo socialista têm ligeireza e displicência

vão ter efeito ao nível do mercado”, denunciou Luís Montenegro, pois medidas como o arrendamento coercivo e as normas que afetam o alojamento local “não vão ter efeito no aumento da oferta, logo não terão nenhum efeito” no mercado.

PSD agenda debate de urgência sobre atrasos nas juntas médicas

Para o Presidente do PSD, estamos perante “um Governo desleixado que não consegue dar resposta a muitas das necessidades quotidianas” em vários domínios.

Assim, o grupo parlamentar social-democrata vai dar esta segunda-feira entrada de um requerimento na Assembleia da República para que se debatam os atrasos nas

juntas médicas, que afetam muitas pessoas com deficiência e que se têm visto “privadas de aceder a prestações sociais e benefícios fiscais”.

“Estamos a falar de pessoas protegidas pela lei, que deveriam ser atendidas em 60 dias, e temos casos de espera superiores a três anos”, disse.

Congresso extraordinário do Partido em novembro

Cumprindo a promessa que deixou no 40º Congresso do PSD, Luís Montenegro afirmou hoje que haverá um Conselho Nacional dia 27 de abril e um Congresso Extraordinário a 25 de novembro para debater a Revisão de Estatutos.

ANTÓNIO COSTA NÃO TEM QUALQUER MENSAGEM DE ESPERANÇA

“O Primeiro-Ministro não trouxe hoje uma única novidade nem qualquer mensagem de esperança”, afirmou esta quinta-feira Margarida Balseiro Lopes, acrescentando que tal acontece porque “neste Governo tudo é requeentado: as ideias, as medidas, os PowerPoints, a propaganda”.

A vice-Presidente do PSD reagia na sede nacional do Partido, em Lisboa, à entrevista do Primeiro-Ministro, uma entrevista que revelou, mais uma vez, que o último ano foi um ano perdido para o País.

Para Margarida Balseiro Lopes, os resultados da governação socialista estão à vista: os alunos têm mais um ano escolar perdido, as pessoas enfrentam dificuldades diárias com as greves nos transportes, há um milhão e meio de portugueses sem médico de família e milhares sem acesso a consultas.

“Temos hoje três em cada quatro portugueses com dificuldade em pagar as despesas essenciais e o Governo não acode a quem mais precisa”, denunciou a social-democrata.

Sobre as medidas para a habitação, apresentadas, a vice-Presidente do PSD afirmou que o “Governo mostrou grande ligeireza” na forma como apresenta medidas para um problema que não é novo. “São apenas um conjunto de intenções”, que não ajudam os portugueses.



ASD ESTÃO PREOCUPADOS COM VERBAS DESATUALIZADAS PARA A AÇÃO SOCIAL



Hélder Sousa Silva, Presidente dos Autarcas Social Democratas, teme que os municípios recebam verbas desatualizadas pelas competências da Ação Social, que assumiram no dia 3 de abril, por falta de comunicação entre Governo e serviços.

Hélder Sousa Silva alerta que “os dados dos últimos dias revelam que os valores atualizados ainda não chegaram” à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) nem à Segurança Social.

“É necessário que o Governo atualize também, em sede de quem tem que fazer as transferências, a DGAL, com a orientação dos serviços da Segurança Social, para que os municípios não tenham que, mais uma vez, utilizar as suas finanças para responder, durante o primeiro ano,

àquilo que são as necessidades da descentralização”, alertou o social-democrata.

O também Presidente da Câmara de Maфра recordou que o mesmo já aconteceu com as transferências na área da Educação, em que os municípios “tiveram que avançar com mais dinheiro do que aquele que estava inicialmente previsto e, até à data, ainda não foi repostos esse diferencial”.

O autarca salientou que “os municípios estão, como diz o povo, escaldados e gato escaldado de água fria, tem medo”, motivo pelo qual “espera que o Governo cuide de forma diferente da transferência de verbas da Ação Social do que tem cuidado na transferência de verbas da área da Educação”.

Hélder Sousa Silva lembrou que, no âmbito das negociações entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a verba a contratualizar para a transferência de competências na área da Ação Social subiu de 53 para 93 milhões de euros.

“Houve aqui 40 milhões de euros que fizeram toda a diferença e, por isso mesmo, muitos dos municípios viram duplicadas as verbas, porque a verba inicial não chegava para cumprir a delegação de competências”, sublinhou.

Em relação ao processo negociar na área da Saúde, o social-democrata adiantou que um terço das câmaras municipais já assumiu essas competências, apesar de não existirem prazos.

“Há uma série de questões, para além da questão financeira, que na Saúde tem impedido” autarquias de assumirem essa competência mais cedo, justificou, exemplificando com desatualização de dados relativos aos assistentes operacionais, às áreas a transferir e aos veículos afetos.

“Na nossa opinião, [o processo de transferência de competências] foi pouco ambicioso na sua globalidade, mas na Saúde então defraudou claramente as expectativas, porque só nos passam tarefas menores e, na questão do pessoal, só mesmo os assistentes operacionais e nós queríamos ter tido uma ação diferente”, disse.

MARIA DA GRAÇA CARVALHO NOMEADA RELATORA DO REGULAMENTO CONTRA A MANIPULAÇÃO DO MERCADO GROSSISTA DA ENERGIA

Maria da Graça Carvalho, eurodeputada eleita pelo PSD, foi nomeada relatora-principal do Regulamento de Proteção da União Contra a Manipulação do Mercado Grossista da Energia (REMIT).



Vice-coordenadora do grupo do Partido Popular Europeu (PPE) na Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE), a eurodeputada foi ainda nomeada negociadora por este grupo político (relatora-sombra) da Reforma do Mercado Elétrico da UE, dossiê cujo relator-principal sairá do grupo dos Socialistas e Democratas.

“São dois relatórios muito importantes, que vêm dar resposta aos apelos dos cidadãos, da indústria e dos investidores europeus a uma maior autonomia em relação a operadores externos, na sequência da volatilidade dos preços da energia que se

começou a sentir em 2021 e que se acentuou em 2022, no contexto da agressão russa na Ucrânia”, explicou Maria da Graça Carvalho.

O pacote legislativo proposto no passado dia 14 de março pela Comissão Europeia, o qual será agora discutido no Parlamento Europeu e posteriormente negociado com o Conselho Europeu, visa, segundo a eurodeputada, “reduzir a volatilidade dos mercados, otimizando a configuração dos mesmos com um reforço do papel dos instrumentos de longo prazo, em complemento dos mercados de curto prazo, mas também através de uma aposta decidi-

da no investimento em tecnologias não-poluentes, que nos ajudarão a alcançar os objetivos do European Green Deal e também a tornarmos cada vez menos dependentes de combustíveis fósseis importados para a UE”.

Em relação ao REMIT, refere, estão em causa, entre outros, “mecanismos para reforçar a cooperação entre reguladores de energia e financeiros, dando às autoridades europeias um papel mais interventivo na prevenção e combate a estas manipulações do mercado”.

No caso concreto do desenho do Mercado Elétrico da União Europeia,

Maria da Graça Carvalho considera que, “mais do que introduzir mudanças profundas num mercado cujo desenho foi concluído há relativamente pouco tempo, e que tem funcionado bem com exceção do período atípico de espiral dos preços da energia que atravessámos, é preciso consolidá-lo. Nomeadamente, criando as condições favoráveis para o investimento numa verdadeira rede europeia de energia. Algo que ainda não aconteceu, nem acontecerá, enquanto não forem concluídas as interligações em falta na União Europeia. Nomeadamente as ligações à Península Ibérica”.

PSD QUESTIONA GOVERNO

ATRASOS NO PAGAMENTO A CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO DO ALTO MINHO



O Grupo Parlamentar do PSD questionou o Ministério da Saúde sobre o atraso, de cerca de oito meses, nos pagamentos da Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) às clínicas de reabilitação da região.

No requerimento enviado ao ministro Manuel Pizarro, o Grupo Parlamentar do PSD recorda que a ULSAM mantém “há muitos anos” um protocolo com as Clínicas de Medicina Física e Reabilitação (CMFR) do Alto Minho “para tratar os utentes/doentes na sua área de residência, diminuindo os custos e encargos, quer para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), quer para os utentes”.

“O protocolo em vigor, cujas taxas não são atualizadas em termos reais desde 1992, há mais de três décadas, tem vindo a comprometer a viabilidade destas clínicas, situação agravada nos últimos anos com o aumento de custos com o

pessoal, equipamentos e consumíveis”, lê-se no requerimento entregue, na sexta-feira, na Assembleia da República.

No documento, os deputados Jorge Salgueiro Mendes, Emília Cerqueira, João Montenegro, Fátima Ramos, Fernanda Velez, Guilherme Almeida, Helga Correia, Hugo Maravilha, Inês Barroso e Mónica Quintela referem que “o protocolo em questão estipula o pagamento dos serviços no prazo máximo de 90 dias, data-limite largamente ultrapassada no presente, já que os pagamentos atingem atualmente os 240 dias, ou seja, oito meses de atraso”.

“As CMFR do Alto Minho enfrentam, neste contexto, grandes dificuldades de prestar os serviços protocolados, estando inclusivamente ameaçada a sua própria sobrevivência, tendo em conta que se trata maioritariamente de micro e de pequenas e médias empresas, o que naturalmente tam-

bém compromete a subsistência de muitos postos de trabalho”, referem os deputados do PSD.

O grupo parlamentar do PSD, que acusa a ULSAM de estar numa situação de incumprimento contratual”, quer saber se o Governo confirma que “os atrasos na realização dos pagamentos ultrapassam os 90 dias, chegando a atingir os 240 dias” e se “a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N) tem transferido atempadamente as verbas necessárias e suficientes para que a ULSAM honre os compromissos assumidos com as CMFR do Alto Minho”.

“Estando as CMFR do Alto Minho a funcionar com grandes dificuldades, muitas em risco de sobrevivência, pondo em causa a prestação de cuidados de saúde aos utentes do SNS do Alto Minho, vai o Ministério da Saúde liquidar os valores em dívida de imediato e quando”,

perguntam os deputados social-democratas.

O PSD pergunta ainda se estão previstas medidas para reduzir a lista de espera para cirurgia no serviço de ortopedia. “Estando 1.611 utentes da ULSAM a aguardar cirurgia de ortopedia, que medidas estão previstas para reduzir as atuais listas de espera de 199 dias nesta especialidade, com implicações a jusante na medicina física e reabilitação, que pode estar comprometida com o encerramento das CMFR do Alto Minho?”, questiona.

A ULSAM gere os hospitais de Santa Luzia, em Viana do Castelo, e o hospital Conde de Bertiandos, em Ponte de Lima. Integra ainda 12 centros de saúde, uma unidade de saúde pública e duas de convalescença, servindo uma população residente de 231.488 habitantes nos 10 concelhos do distrito e algumas populações vizinhas do distrito de Braga.

ÁGUA POTÁVEL CHEGARÁ A TODAS AS ALDEIAS DE CASTRO MARIM EM 2025

O Presidente da Câmara de Castro Marim estima que as obras para levar água potável domiciliária a todas as povoações dispersas do concelho estarão concluídas até terminar o seu terceiro e último o mandato, em 2025.

Após tomar posse em Castro Marim, em 2013, Francisco Amaral apercebeu-se de que ainda “havia 57 montes que nem sequer tinham água potável” e onde o “abastecimento era feito através de furos não potáveis”, faltando agora fazer a ligação a “meia dúzia” de aldeias, que no verão nem tinham água, porque os furos ficavam secos.

O autarca lembrou as “dificuldades” sentidas ao longo da sua presidência, primeiro com uma oposição interna que levaria à cisão com o PSD e posterior candidatura independente do seu antecessor no cargo, José Estevens, e depois com uma maioria relativa que foi bloqueada pela oposição e que tornou a ação do executivo difícil, contou.

O Presidente da Câmara de Castro Marim disse que foi possível, contudo, “dar a volta à situação”, após umas eleições intercalares que devolveram ao PSD a maioria absoluta perdida e permitiram ao executivo começar a desenvolver projetos como o fornecimento de água potável aos 57 montes sem acesso a esse bem essencial.

“Estou convencido de que falta uma meia dúzia delas [povoações]. Há uma que preocupa muito, que é um monte de mais dimensão, a Cortelha, mas já encontramos uma solução técnica e, em princípio, irá para concurso de obra dentro de pouco tempo”, referiu o autarca.

Na área económica, o autarca destacou a importância da criação de quatro novos empreendimentos turísticos, com hotéis de cinco es-



telas, que foram “desbloqueados após uma vintena de anos parados” por causa da crise financeira e serão “uma garantia de futuro”, criando “centenas de postos de trabalho com alguma qualificação”.

Um deles localiza-se no litoral (Verde Lago) e três junto ao rio Guadiana (Quinta do Vale, Corte Velho e Almada D’ouro), precisou Francisco Amaral, frisando que o primeiro, situado entre Praia Verde e Altura, é o que está mais avançado e poderá estar executado dentro de dois anos.

Sobre as razões que levaram à demora de cerca de duas décadas no desenvolvimento destes projetos, o autarca considerou que “a crise financeira que aconteceu em 2007 fez com que, de algum modo, esses empreendimentos parassem todos por completo”, mas relevou o facto de esses obstáculos terem sido ultrapassados e os projetos estarem “finalmente a avançar”.

Francisco Amaral destacou ainda que os empreendimentos estão a ser desenvolvidos em consonância

com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve e com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), que pertence à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Por outro lado, o autarca responsabilizou os mecanismos de ordenamento do território e a novas leis da “suposta defesa da floresta” como os principais causadores de despovoamento e desertificação no interior do país.

TONDELA DEFENDE UMA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA CADA FREGUESIA



A Câmara de Tondela quer que cada freguesia do concelho tenha, pelo menos, uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), uma medida que se traduzirá em benefícios fiscais e poderá ajudar a contrariar o “crescente despovoamento do território”.

“Nós acreditamos que este é um instrumento que pode fazer e marcar a diferença no território e que pode conduzir a um novo paradigma de desenvolvimento social e económico no nosso concelho”, revelou a Presidente de Câmara de Tondela, Carla Antunes Borges.

A delimitação das novas ARU nas 19 freguesias, que se juntarão às já existentes na sede de concelho e no Caramulo, foi aprovada na última reunião pública do executivo municipal, que apontou a criação de mais habitação como uma das prioridades para este ano.

As novas áreas foram propostas

por uma comissão que integra quatro técnicos do município e é presidida pelo vereador do Urbanismo, Francisco Fonseca. A defesa e preservação do edificado construído, o incentivo à requalificação e reabilitação do mesmo e dos núcleos urbanos das freguesias foram alguns dos critérios.

A proposta prevê ainda a criação de uma ARU específica para a zona envolvente às Termas de Sangemil (Lajeosa do Dão) e de outra para a área central da freguesia de Molelos.

“A comissão discutiu e avaliou freguesia a freguesia, aldeia a aldeia”, realçou Francisco Fonseca.

Segundo o vereador do Urbanismo, “o estudo incidu sobre a especificidade de cada freguesia”, não tendo havido “a preocupação do número de ARU por freguesia, nem a quantificação da área de cada uma, mas

sim o cumprimento dos fundamentos da delimitação e dos ditos pressupostos”.

Foram tidos em consideração aspetos como “a distância entre aldeias e lugares e a proximidade de escolas, zonas industriais, equipamentos desportivos e património cultural” e foi dada atenção “às localidades que foram fustigadas pelos incêndios, que reduziram a escombros dezenas de habitações”.

A proposta de delimitação das ARU será agora discutida com as juntas de freguesia do concelho.

“Este é um estudo e uma proposta prévia. Com estas áreas, é proposta a auscultação da câmara e, posteriormente, a auscultação dos executivos das juntas de freguesia que, pela proximidade ao território, poderão certamente dotar o estudo de novas propostas ou até sugerir ajustes à proposta atual”, explicou

Francisco Fonseca.

De acordo com a autarquia, entre os benefícios fiscais que poderão ser atribuídos nas ARU estão “as isenções do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos nos edifícios reabilitados e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) na aquisição de prédios destinados à reabilitação urbana”. “É também possível a aplicação da taxa de IVA de 6% nas obras de recuperação dos imóveis e a taxação de 5% em sede de IRS das mais-valias e rendimentos prediais quando estas sejam inteiramente decorrentes da venda de imóveis reabilitados dentro da ARU”, precisou.

Ainda no que respeita ao IRS, “poderá ser deduzida à coleta 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500 euros”.

PSD DE BRAGA CONGRATULA-SE COM O SUCESSO DA 55.^a EDIÇÃO DA AGRO

A Comissão Política Concelhia da Secção de Braga do PSD visitou na manhã de domingo, 2 de abril, a 55.^a edição da Feira Internacional da Agricultura, Pecuária e Alimentação (AGRO).

João Granja, Presidente do PSD de Braga, que liderou a comitiva social-democrata, destacou a importância “económica, cultural e social” da feira para os setores envolvidos, mas também para o Concelho de Braga.

Os sociais-democratas percorreram toda a feira que este ano contou com mais de 200 expositores, mais de 60 atividades paralelas, entre as quais workshops e formações, e mais de 40 mil visitantes ao longo dos quatro dias de feiras. O PSD Braga assinalou o bom registo de retoma, com uma forte adesão do público, após

um período de paragem forçado pela situação pandémica.

“É incontestável o trabalho de crescimento que se tem vindo a verificar nos últimos anos na organização da Agro. Esta montra internacional é demonstrativa da capacidade do nosso concelho em acolher grandes eventos, mas é sobretudo a prova da pujança dos agentes nacionais que operam nos setores da agricultura, pecuária e alimentação. A sua função é preponderante e o PSD Braga congratula todos os intervenientes na organização de mais uma Agro

que já é um símbolo verdadeiramente icónico da cidade de Braga”, disse João Granja.

De 30 de março a 2 de abril, milhares de pessoas visitaram a Agro que acolheu duas centenas de expositores oriundos de várias partes do país, mas também de fora de Portugal. A representação de região Norte sentiu-se com maior predominância, fruto da capacidade que a região tem para potenciar projetos que representam viabilidade económica e geradores de centenas de postos de trabalho.



LISBOA INCLUI REABILITAÇÃO DOS BAIRROS MUNICIPAIS NA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, no dia 28, a atualização da matriz da Estratégia Local de Habitação 2019-2024, para incluir a reabilitação dos bairros municipais, nomeadamente 13 mil fogos, permitindo aplicar os fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Apresentada pela vereadora da Habitação e Obras Municipais, Filipa Roseta, a proposta pretende “atualizar o total das carências identificadas, complementar as soluções propostas na matriz de 2019 e alargar o período para a sua implementação até 2028”.

Um dos pontos é para que o período de implementação da programação das soluções habitacionais previstas na matriz da Estratégia Local de Habitação (ELH) do município de Lisboa “seja alargado para o período de 2023-2028”, proposta que foi aprovada com os votos contra de BE e Chega, a abstenção de PEV e PCP, e os votos a favor de Livre, dois deputados do Cidadãos Por Lisboa (eleitos pela coligação PS/Livre), PS, PSD, PAN, IL, MPT, PPM, Aliança e CDS-PP.

A Estratégia Local de Habitação (ELH) de Lisboa foi aprovada em 2019 e serviu de base para a identificação das carências habitacionais e das ações a implementar entre 2019 e 2024.

Na apresentação da proposta, a vereadora Filipa Roseta disse que a alteração pretende “incluir 13 mil fogos nesta matriz” no âmbito da reabilitação dos bairros municipais.

Outra das alterações aprovadas é para “que fique previsto na matriz o alargamento da aquisição de frações e de construção nova como forma de solução habitacional, visando abranger um maior leque de

respostas às várias carências identificadas”.

A proposta determina que fique prevista na matriz a reabilitação total de edifícios em bairros municipais, promovida pela empresa Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal, “considerando o tipo de patologias que apresentam ao nível das fachadas, coberturas, zonas comuns e elevadores e que no conjunto conduzem à verificação de condições indignas para os seus moradores, prevendo a consideração destes agregados como vivendo em situação de indignidade habitacional”.

Também passa a ser inscrita na matriz a possibilidade de proprietários privados, cooperativas, juntas de freguesia e outras entidades

públicas candidatarem-se ao “financiamento para aquisição, reabilitação e requalificação de edifícios e habitações, a fim de aumentar a resposta às carências identificadas e dotar a sua propriedade de condições dignas”.

Segundo a autarquia, estão identificadas 13.150 situações de habitação indigna nos bairros municipais, que precisam, para serem solucionadas, de um investimento de 160 milhões de euros.

AM de Lisboa quer implementação de Zona de Emissões Reduzidas na Avenida da Liberdade

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou ainda uma recomendação para que a câmara articule a restituição do sentido de trânsito das laterais da Avenida da Liberdade

com a implementação da Zona de Emissões Reduzidas (ZER).

A recomendação pela implementação da ZER na Avenida da Liberdade, Baixa - Chiado e Ribeira das Naus foi aprovada com os votos contra de PSD, IL, PPM, Aliança, CD-S-PP e Chega, a abstenção de PCP e MPT, e os votos a favor de PEV, BE, Livre, dois deputados do Cidadãos Por Lisboa (eleitos pela coligação PS/Livre), PS e PAN.

A empreitada que irá permitir repor os antigos sentidos de trânsito nas laterais da Avenida da Liberdade, em Lisboa, deverá ter início em abril, estando o procedimento para a obra em fase de contratualização, informou, na quinta-feira, a Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa (EMEL).



ÁGUEDA AVANÇA COM EXPROPRIAÇÕES PARA A VIA RÁPIDA A AVEIRO

A Câmara Municipal de Águeda vai iniciar o processo de expropriações para que a construção da via rápida Aveiro/Águeda possa estar concluída em 2026.

“O projeto de execução em curso está em franco desenvolvimento e, em breve, estaremos numa fase de iniciar os processos de expropriações”, revelou o Presidente da Câmara de Águeda, Jorge Almeida. “Nesta altura, vão avançar os editais para as Uniões de Freguesia de Travassô e Óis da Ribeira e de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga para dar início ao processo de expropriação”, concretizou.

A autarquia decidiu avançar com as expropriações, após ter reunido, juntamente com o seu homólogo de Aveiro, Ribau Esteves, com a ministra da Coesão Territorial, com os secretários de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, com a presidente da

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Isabel Damasceno, e com representantes da Infraestruturas de Portugal.

Segundo deu conta Jorge Almeida, nesse encontro com os membros do Governo “foram prestados alguns esclarecimentos relacionados com o custo atualizado da obra e o seu financiamento, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”.

“Considerando que os custos para a obra são superiores à previsão orçamental inicialmente anunciada, foi necessário reprogramar o seu financiamento”, justificou.

O autarca salienta que a futura via rápida permitirá reduzir custos e tempos de deslocação entre as duas cidades, já que, nos seus 14 quilómetros, prevê reduzir em cerca de 40% a extensão do percurso e em 65% o tempo de viagem.

“Esta é uma obra extremamente

relevante, ansiada por gerações de aguedenses, que vai ter um impacto muito positivo no desenvolvimento do nosso concelho e região, contribuindo de uma forma indiscutível para a dinâmica empresarial e para aumentar a atratividade destes dois concelhos, seja do ponto de vista industrial ou outros”, disse.

O traçado previsto, em perfil de autoestrada, com duas vias em cada sentido, tem o seu início na chamada “rotunda do Millennium”, seguindo por Travassô, passando por Eírol, cruzando a A1 e a A17 e terminando na rotunda do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro.

“Temos segurança na execução total deste importante projeto e obra até meados de 2026 e, neste momento, o perfil da obra está totalmente definido e os custos apontados” refere a declaração subscrita pelos dois Presidentes de Câmara.



Futura via rápida permitirá reduzir custos e tempos de deslocação



VALPAÇOS APOSTA EM PRAIAS FLUVIAIS PARA CAPTAR TURISTAS

A Câmara de Valpaços aplicou 600 mil euros na praia fluvial de Rio Torto para reforçar o turismo de natureza e está a investir 2,4 milhões de euros na envolvente do santuário da Nossa Senhora da Saúde.



O vereador Jorge Pires destacou a aposta do município nas áreas de lazer, com o objetivo de melhorar as condições de acolhimento e reforçar o turismo de natureza neste município do distrito de Vila Real.

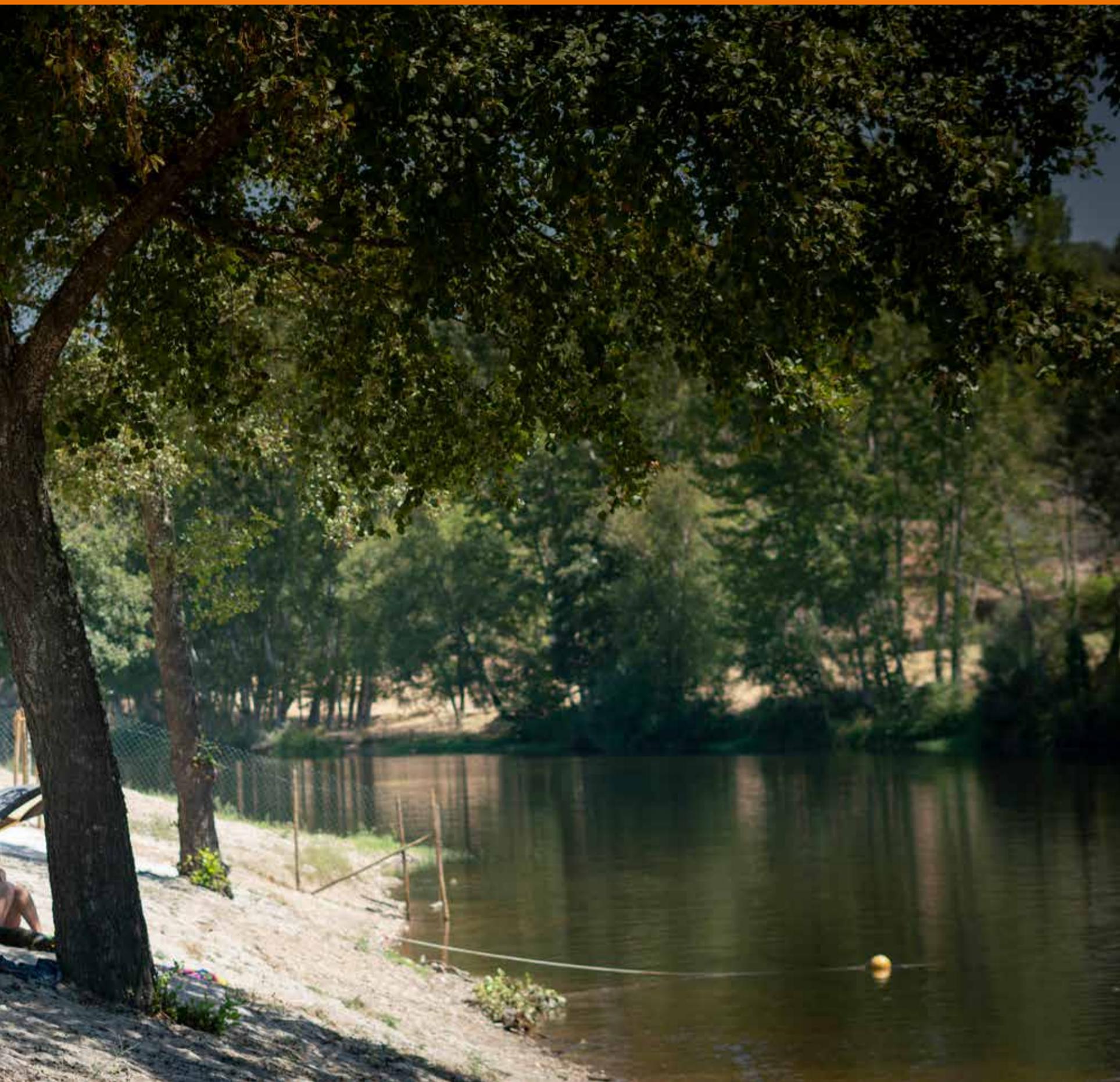
“A nossa ideia é criar condições para aumentar a taxa de visitação ao concelho”, afirmou o autarca.

Com a intervenção em Rio Torto, que custou 600 mil euros e envolveu a Câmara de Mirandela, Valpaços concluiu um investimento de cerca de dois milhões de euros nas três

zonas de lazer fluviais do município (Rabaçal e Ribeira da Fraga), cofinanciado por fundos comunitários.

As praias fluviais do concelho são já muito procuradas por emigrantes e visitantes de concelhos vizinhos.

Em Rio Torto, as obras incluíram o alargamento da passagem no açude, a criação de condições para os peixes migrarem no rio, uma intervenção nos balneários, locais de merenda, novas zonas de banho e parque de estacionamento, um circuito pedonal e cais para embarcações de



recreio.

“Estou certo de que vai contribuir para um aumento exponencial da procura naquele espaço”, frisou Jorge Pires.

Este espaço ganhou mais visibilidade recentemente devido à Ecovia do Rabaçal, o Observatório de Aves e o Caminho Interior de Santiago. Na praia fluvial do Rabaçal, a autarquia concretizou um investimento de cerca de um milhão de euros, dotando-a de inúmeras estruturas de apoio, como serviço de bar, parque de me-

rendas, parque infantil, estando classificada como praia acessível e dispondo de vigilância durante a época balnear.

Na Ribeira da Fraga, na zona fria do concelho, foram construídos passadiços e uma estrutura em madeira que permite a aproximação ao rio, tendo sido criadas zonas de observação da paisagem.

E a estratégia do município, segundo Jorge Pires, está a ajudar a alavancar novos investimentos em alojamento turístico neste concelho.

Adiantou ainda que “estão em curso outros projetos” para esbater a sazonalidade e captar mais pessoas nos meses de inverno e primavera.

Na cidade, está também a ser concretizado um investimento de 2,4 milhões de euros no parque de lazer da Ribeira da Levandeira, que se insere na envolvente do santuário de Nossa Senhora da Saúde.

O projeto que, segundo Jorge Pires, foi “concertado” com a Igreja e a comissão fabriqueira, vai criar uma zona verde na cidade, com novas

infraestruturas de apoio aos visitantes e peregrinos, com uma via-sacra, parque de merendas, sanitários, estacionamento para autocarros e um palco para eventos.

“É uma obra de grande envergadura que vai orgulhar qualquer valpacense e dignificar a cidade”, salientou o autarca, referindo que a invenção “está em velocidade de cruzeiro” e deverá estar concluída durante o verão.

Este investimento é também cofinanciado por fundos comunitários.

GOVERNO AÇORIANO CRITICA ERSE PELO AUMENTO DO PREÇO DA ENERGIA

O Governo dos Açores criticou, dia 30, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) devido ao aumento dos preços da energia em 2023, considerando “não fazer sentido” aplicar uma “multa” à região por estar num mercado regulado.

“Não faz sentido os aumentos que existiram nos Açores em 2023. Nós não tivemos culpa de, em 2022, não termos tido aumentos na energia por estarmos num mercado regulado”, defendeu o secretário das Finanças, Duarte Freitas, em Ponta Delgada.

O governante afirmou que a “90% das empresas do continente português está no mercado não regulado” da energia, o que levou a um aumento dos preços em 2022, ao contrário

do que aconteceu nos Açores, uma vez que a região se encontra no mercado regulado.

“No plano nacional, as empresas tiveram maiores gastos energéticos e transferiram para os consumidores. No caso dos Açores isso não se passou em 2022 e a ERSE entendeu em 2023 passar aquilo que chamei de uma multa aos Açores por estarmos num mercado regulado”, salientou.

Duarte Freitas falava após ter sido questionado pela posição da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD), que considerou hoje que “existem condições objetivas” para uma redução “muito mais significativa” do tarifário da eletricidade, contestando a “insignificante”

descida anunciada pela entidade reguladora.

“Esperamos que brevemente a ERSE consiga fazer repercutir nos Açores verdadeiramente aquilo que é o mercado atual dos preços da energia”, afirmou o secretário regional.

A ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos anunciou recentemente uma redução na tarifa da eletricidade na ordem dos 3% para os consumidores de Média Tensão (MT) e de Baixa Tensão Especial (BTE), com efeitos a partir 1 de abril.

Em comunicado, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada considerou a redução anunciada “insignificante” face “ao aumento brutal, superior a 80%, que se verificou

em janeiro”.

Questionado sobre os apoios criados na Madeira devido ao aumento do preço da energia, o secretário das Finanças do Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) lembrou que a “Madeira pediu à Comissão Europeia para fazer um auxílio de Estado no valor de 25% da estimativa dos aumentos do tarifário”.

“Nos Açores, optámos por uma solução que penso que é mais inteligente e inovadora. Não fomos pedir auxílios de Estado e desenhámos um programa de apoio às despesas de funcionamento das empresas que se chama programa Mais, que injetou nas empresas cerca de dez milhões de euros”, lembrou.



PSD DOS AÇORES QUER ESCRUTINAR GESTÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS ENTRE 2016 E 2020

O PSD dos Açores requereu a audição parlamentar do Secretário Regional das Finanças sobre as auditorias externas à gestão, entre 2016 e 2020, de três empresas públicas regionais, salientando que a sustentabilidade das contas públicas está a ser posta em causa pela “pesada herança” deixada pelo anterior governo regional.

“A sustentabilidade presente e futura das finanças públicas da Região é fortemente condicionada por esta pesada herança recebida pelo atual Governo dos Açores”, afirma o deputado do PSD dos Açores António Vasco Viveiros, no requerimento a solicitar a audição do governante na Comissão de Economia da Assembleia Legislativa.

Em causa estão as auditorias externas à Lotaçor, Ilhas de Valor e Portos dos Açores, cujo conteúdo foi recentemente noticiado pela Antena 1/Açores e pela Agência Lusa, e que apontam que a situação financeira das referidas empresas públicas, entre 2016 e 2020, se tornou insustentável.

O vice-Presidente da bancada parlamentar social-democrata considera que as auditorias realizadas às contas da Lotaçor, Ilhas de Valor e Portos dos Açores, referentes ao último mandato da governação do Partido Socialista, “revelam um cenário insustentável, em relação ao qual urgem esclarecimentos”.

Para António Vasco Viveiros, “as indicações das auditorias a essas



empresas são claras quando recomendam o respetivo saneamento financeiro, somando uma dívida ‘não sustentável’ de cerca de 95 milhões de euros, apenas na Lotaçor e Portos dos Açores”, aponta.

Aliás, ressalva o dirigente parlamentar social-democrata, “só a Portos dos Açores precisaria de 148 anos para pagar a dívida, enquanto a Lotaçor levaria 45 anos”, salienta.

“Trata-se de resultados que denotam

uma gestão negligente da parte do anterior executivo e que comprometem fortemente a presente e futura atuação do atual Governo Regional dos Açores”, destaca o dirigente parlamentar social-democrata.

MADEIRA VAI APLICAR MEDIDAS PARA MITIGAR CUSTO DE VIDA

A Madeira vai aplicar as medidas anunciadas pelo Governo da República para mitigar a inflação, designadamente o aumento de 1% nos salários da função pública e a atualização do subsídio de refeição, revelou o Presidente do executivo regional.

Em declarações à margem de um almoço de comemoração do 20.º aniversário da associação 'Garouta do calhau', Miguel Albuquerque precisou que os aumentos para a função pública terão um impacto de 10 milhões de euros nos cofres do Governo Regional (PSD/CDS-PP).

O chefe do executivo madeirense referiu que "vai ter de haver uma retificação orçamental, como é normal", mas realçou que isso não "é um problema".

Relativamente à descida do IVA para 0% num conjunto de bens essenciais, que ainda não está definido,

Miguel Albuquerque (PSD) garantiu que quando estiver decidido pelo executivo nacional a região também adotará essa redução.

O governante ressaltou, contudo, que a aplicação do IVA a 0% "tem de ser muito bem articulada com os produtores e distribuidores", pois, caso contrário, não terá impacto nos preços a serem pagos pelo consumidor.

"No momento em que forem anunciados os produtos e essa articulação estiver assegurada, nós fazemos essa descida também cá", reforçou.

Quanto aos 30 euros para as famílias mais vulneráveis, valor a ser pago trimestralmente, Miguel Albuquerque apontou que "quando estiver definido será decidido também no quadro da Segurança Social". O Presidente do Governo Regional elencou igualmente um conjunto de medidas complementares que já estão em vigor na região, como os apoios aos custos de produção, num investimento de 3,1 milhões de euros, que vão beneficiar cerca de 6000 produtores regionais, e o complemento regional para o idoso, que representa um investimento de cerca de quatro milhões por ano.

ACÇÃO GOVERNATIVA

Menéres Pimentel anuncia projectos para a racionalização da Administração Pública

Conforme se disse no Programa do Governo para a Reforma Administrativa, impõe-se renovar a Administração Pública, como suporte indispensável às grandes reformas económicas e sociais que o País carrega — afirmou em conferência de imprensa Menéres Pimentel, como ministro da Reforma Administrativa. Depois, apresentou o conjunto de diplomas para atacar os problemas do mau aproveitamento do funcionalismo.

Além de se facilitar, com alguma largura, a apresentação voluntária dos funcionários, além de se fixarem estatutos profissionais e financeiros para uma melhor distribuição pelo País dos agentes da Administração, além de se procurar institucionalizar um sistema que permita avaliar o crescimento qualitativo e quantitativo da Administração Pública, estabeleceram-se normas que visam:

- determinar um descongelamento selectivo de novas admissões à Função Pública, procurando criar condições para facilitar o primeiro emprego;
- estabelecer uma maior mobilidade entre os diversos departamentos e no mesmo departamento com vista a conceder igualdade de oportunidades a todos os candidatos, eliminando um sistema de recrutamento fechado a cada organismo;
- estabelecer um sistema de formação profissional que visará permitir uma progressão

das carreiras até agora impossível;

- estabelecer um privilégio para o mérito dos funcionários em prejuízo da simples contagem de tempo.

Não se criam excedentes

Não é exacto que se continuem excedentes, como consequência imediata da vigência dos referidos diplomas:

- os excedentes só se constituirão após a aplicação de critérios objetivos e não subjectivos em resultado de medidas de racionalização da Administração Pública, eliminando assim a possibilidade de se aplicarem medidas discriminatórias;
- os referidos excedentes constituirão afectos administrativamente aos departamentos de origem;
- o respectivo estatuto remuneratório, bem como os demais benefícios de natureza social, ficará intocado para os

funcionários de nomeação definitiva.

- e para os que não têm esta forma de provimento o respectivo estatuto remuneratório só será atingido em um sócio e ao fim de um ano de inactividade, conservando sempre o direito aos subsídios de Natal e Férias, diuturnidades, abono de família e prestações complementares e demais regalias;
- de resto, durante este período de um ano proceder-se-á, através das estruturas do M.R.A., a uma formação profissional que será possível a sua fácil e rápida reconexão.

Reformas são possíveis

Com esta nova dinâmica, que assenta numa filosofia inteiramente nova em Portugal, será possível iniciar, com determinação, as reformas do Estado, que até agora se têm escomotado com recios infundados de contestação sistemática.

Na verdade, conforme isto verificar através de projectos a efectuar, de seguida, a situação quer do ponto de vista qualitativo

quer sob o aspecto de distribuição do funcionalismo pelo País, quer ainda nas assimetrias das respectivas carreiras, não é, de forma alguma, brilhante.

Estamos convencidos de que, com este conjunto de medidas, se enfrentará o problema com a coragem indispensável para um País que deseja aproximar-se da Europa.

De qualquer forma, não tenho a menor hesitação em expor com clareza a situação presente e deixar à experimentação futura o julgamento da decisão tomada pelo Governo.

Sei que a maior parte dos trabalhadores da Função Pública vai entender e colaborar neste empreendimento, no qual participou activamente através de sugestões que foram acolhidas pelo Ministério.

E assim totalmente falo a acusação de falta de diálogo por parte deste Ministério que só se vê impossibilitado de levar mais longe esta participação negociada quando circunstâncias exteriores e irresistíveis a isso o conduzem.

Êxito da visita de João Salgueiro a Angola

Revestiu-se do maior feito a deslocação a Angola do ministro social democrata João Salgueiro que presidiu à reunião do conselho misto luso-angolano.

A possibilidade de os dois países assinarem um acordo de apêlo prático para que Luanda fornecesse petróleo a Portugal constitui uma das conquistas desta importante reunião que serviu também para constatar a profunda identidade de posições entre os dois governos e animar a larga imagem de cooperação que se abre entre os dois povos.

João Salgueiro teve, aliás, oportunidade de afirmar a sua convicção quanto à abertura das autoridades de Luanda e expressar a vontade política com que o Executivo de Pinto Balsemão encara o incremento das relações com Angola. Para já, desta reunião resultou a assinatura de dois acordos nos domínios de economia e da saúde. São concretizações da maior relevância, designadamente o acordo de cooperação económica que fixa o quadro destinado a definir as condições de futura colaboração entre empresas nacionais e angolanas. Começará a ser implementada já este ano.

Hoteleiros e Turismo, o reforço das importações portuguesas de Angola e o aumento da nossa cooperação aos vários âmbitos da actividade dos povos angolanos foram outras questões debatidas neste encontro que revelou, principalmente, o esforço de coligação multilateral no sentido da normalização e desenvolvimento das relações entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa. Nesta matéria, refira-se, o PSD, como o maior partido nacional, tem desempenhado um papel importantíssimo, alargado também à convivência com os Estados Árabes.

A reunião do conselho misto luso-angolano está prevista prosseguir em Lisboa, no próximo ano.

Nova ponte facilita trânsito Norte-Sul

A fim de se ultrapassar o último obstáculo à fácil circulação rodoviária no itinerário Lisboa-Algarve, constituído pela ponte de Alcozer do Sul, foi decidida a construção de uma nova ponte junto da actual. Com as duas pontes, a circulação Norte-Sul far-se-á pela ocidente, e a Sul-Norte pela que vai ser construída.

Optou-se por uma solução de construção rápida, a fim de a abertura ao tráfego poder vir a ter lugar já no próximo mês de Julho.

Com um investimento de cerca de 40.000 contos, valor da adjudicação agora utilizada, ficará, assim, garantida a fácil circulação numa zona tradicionalmente difícil nos acessos de e para o Baixo Alentejo e o Algarve.

Mais de sete milhões de estrangeiros em 1981

Contrariando os rumores postos a circular, o ano de 1981 proporcionou a entrada em Portugal de 7 milhões e 277 mil estrangeiros (novo recorde), o que corresponde a um aumento de 4,3% em relação ao ano anterior, considerado por todos como bastante bom. Apenas o ano anterior, analisado-se que em 1980 entraram em Portugal 6 milhões e 977 mil estrangeiros.

Des 7 milhões e 277 mil estrangeiros entrados em Portugal e acima referidos, registou-se que a Espanha ocupou a 1.ª posição com 5 milhões e 227 mil (+ 4% que em 1980), seguindo-se o Reino Unido com 548 mil (+ 13%), a Alemanha com 307 mil (+ 2%), a França com 239 mil (+ 1%), os EUA com 141 mil (+ 5%) e a Holanda com 128 mil (+ 1%).

Se levamos em linha de conta que o ano de 1981 caracterizou-se por uma acentuada recessão económica nos nossos principais mercados fornecedores, somos obrigados a concluir que o número de entradas de estrangeiros no nosso País evoluiu favoravelmente.

As dificuldades económicas sentidas um pouco por toda a parte, mais reacções todo o esforço promocional desenvolvido, bem patente, aliás, nos significativos ganhos de produtividade obtidos.

Ministério da Justiça vai criar instituto para reinserção social dos reclusos

O ministro da Justiça, Menéres Pimentel, está a ultimar, no âmbito do seu Ministério, um projecto de diploma que cria o Instituto de Reinserção Social.

Este Instituto, que será tutelado pelo Ministério da Justiça, destina-se a criar condições aos reclusos, para a sua reinserção na comunidade social.

Vocacionado ainda para cobrir toda a área assistencial que toca às medidas penais instituídas no país, o Instituto deverá alargar-se ainda à prevenção criminal ligada a fenómenos de marginalidade social e à assistência a menores.

Apoio aos Tribunais

Preende-se ainda que a actividade do Instituto de Reinserção Social venha a ser um indispensável apoio dos tribunais, um factor de contenção de gastos, na medida da opção pelo não

instrumento e um dinamizador e consciencializador da comunidade social.

Uma vez aprovado este diploma pelo Conselho de Ministros, de marcará uma etapa importantíssima nos projectos do ministro da Justiça, no que concerne à institucionalização das estabelecimentos prisionais, e ainda ao decréscimo da taxa da população prisional.

Com efeito, com a entrada em funcionamento do Instituto de Reinserção Social, um significativo número de penas poderá ser cumprido, ao mesmo tempo que se recupera o homem para a sociedade, sem que o condenado tenha de combater as grades de uma prisão.

Publicado estatuto da carreira médica

No cumprimento do Programa do VIII Governo, acaba de ser publicado o Decreto Regulamentar que regulamenta a carreira médica de clínicos geral.

Está assim iniciado o processo de cobertura médica do País com médicos apolados numa carreira, responsáveis pelos seus doentes a quem caberá taxa das tarifas de consultas e sistemas de pagamento, a serem acordados com o Estado e cura da doente, sendo-se de

Carreira digna livre escolha

A criação de uma carreira digna, que confira estabilidade profissional ao médico, assegurada na livre escolha do médico pelo doente, na completa autonomia técnica do médico na liberdade de programação do seu dia de trabalho, na possibilidade de exercício de clínica livre inscritos na sua lista, foi princípio que sempre orientou a Secretaria de Estado da Saúde e que está bem patente no decreto.

Como a Secretaria de Estado já afirmou antes, esta carreira não está desenhada do conteúdo global das restantes carreiras médicas (hospitalar e de saúde pública), mas faz parte de um todo em fase última de estado e que será brevemente promulgada.

A publicação prévia deste Decreto Regulamentar vai permitir iniciar, desde já, com garantias profissionais indiscutíveis, o processo de colocação dos médicos polivalentes a que se seguirá a colocação dos médicos residentes que queiram cooperar.

As contrapartidas para o turismo da concessão do Jogo de Tróia

As contrapartidas foram obtidas do contrato de concessão de jogo de Tróia através de uma intensificação dos investimentos na valorização da península de Tróia como desenvolvimento turístico, sem prejuízo de investimento do País, designadamente na Serra da Estrela e em

Tornita e suas associadas, conforme desejo expresso pela respectiva Câmara Municipal.

Relativamente à Serra da Estrela, e também compreendendo a solução local, viabilizada pela respectiva Comissão Regional de Turismo, foi obtido o compromisso por parte da concessionária "Delphinas" de investir directamente, ou por intermédio de outras empresas suas associadas, o montante de 40 000 contos com vista à valorização de uma estância de desportos de inverno. Este novo objectivo insere-se, como acima já foi

mencionado, na perspectiva de valorizar o turismo de interior como alternativa ao do litoral, e também como ponto de apoio ao turismo de passagem de origem nacional ou estrangeira.

As novas medidas tomadas constam de um Decreto-Regulamentar subscrito pelo Primeiro-Ministro e promulgado pelo Presidente da República, onde são impostas novas obrigações à empresa concessionária do jogo em Tróia, a "Delphinas", que, em consequência, viu agravadas as contrapartidas a prestar pela concessão do jogo em cerca de um milhão de contos.

ativamente a Tróia, através, além do Centro de Congressos, para além das medidas relativas ao aumento da capacidade do sistema

do Sagal e, através da criação de uma reserva ornitológica.

Hotel em Coimbra

Foi assinada, no entanto, a obrigação da construção de um hotel em Coimbra, através da

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se os militantes para uma reunião da Assembleia Distrital de Bragança, a realizar no dia 28 de abril (sexta-feira) de 2023, às 21H00, na Sede do PSD em Bragança, sita na Praça da Sé nº 16 1º Dto nascente com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação, discussão e aprovação do relatório de contas do ano 2022;
2. Informações,
3. Outros assuntos.

SECÇÕES

AVEIRO

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoca-se os militantes da Secção de Aveiro, para reunir em Assembleia de Secção Ordinária, no próximo dia 22 de abril (sábado) 2023, pelas 18H00, no Centro Social de Requeixo, sita Rua do Sobral, Requeixo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação e votação das Contas 2022;
2. Informação sobre a Atividade da Secção de 26-setembro-22 a 24-Abril-23;
3. Apresentação e debate sobre os investimentos da CM Aveiro candidatos a financiamento pelos Fundos Comunitários do Portugal 2030;
4. Análise da situação política local e nacional.

LAGOA

Ao abrigo do art.º 53º e 69º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa (Algarve) para reunir no próximo dia 19 de abril (quarta-feira) de 2023 pelas 21H00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, em Lagoa com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação político-partidária Local, Distrital e Nacional;
2. Informações e outros assuntos.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em Sessão Ordinária no próximo dia 14 de abril de 2023 (sexta-feira), pelas 20H30, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e Aprovação do relatório de contas e atividades, referentes a 2022;
2. Análise da situação política local e nacional.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD da Nazaré para reunir no próximo dia 6 de maio (sábado) de 2023, pelas 18H00 na Sede do PSD, sita na Rua José Santo nº 18, Pedreira – Nazaré, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As listas de candidatos devem ser entregues na Sede ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 18H00 às 20H00.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Maria da Feira para reunir no próximo dia 14 de abril de 2023 (sexta-feira) pelas 21H30, no Auditório da Junta de Freguesia de Lourosa, sita na Rua das Piscinas, Freguesia de Lourosa, Concelho de Santa Maria da Feira com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações e análise da situação política;
2. "Políticas Locais de Habitação no Concelho de Santa Maria da Feira" - Eng.º - Álvaro Santos.

SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata (PSD), convoca-se a Assembleia de Secção de São Pedro do Sul, para reunir no próximo dia 14 de abril de 2023 (sexta-feira), às 21H00 no Auditório do Hotel do Parque, nas Termas de São Pedro do Sul, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1- Apresentação de Contas do Ano de 2022 e Orçamento para o Ano de 2023;
- 2- Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

VALE DE CAMBRA

ANULAÇÃO DA CONVOCATÓRIA PUBLICADA NO POVO LIVRE DE 22 DE MARÇO DE 2023

Ao abrigo do art.º 54 dos Estatutos Nacionais do PSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vale de Cambra para reunir no próximo dia 5 de

maio (sexta-feira) de 2023, às 21H00 na Sede do partido sita Avenida Camilo Tavares de Matos, 1º Dto – Vale de Cambra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ponto da situação financeira com votação para aprovação das contas;
2. Homenagem a três militantes, ex-autarcas do PSD, pela dedicação ao partido e reconhecimento da obra feita no Concelho enquanto autarcas;
3. Debate relativamente ao perfil sobre o Candidato do PSD para as próximas eleições autárquicas;
4. Análise política do partido local e nacional.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de abril (segunda-feira) de 2023, pelas 21H00, no Sede do PSD de Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880, Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações da Comissão Política aos militantes;
2. Análise da situação política local e nacional.
3. Outros assuntos de interesse.

NÚCLEOS

JOANE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Joane para reunir no próximo dia 19 de abril (quarta-feira) de 2023, pelas 20H45, no Joannem Auditorium (antigas instalações da Junta de Freguesia) sita no Largo da República – Joane, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política nacional e local;
2. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jdsnacional@gmail.com

ERRATA REGULAMENTO CONGRESSO DISTRITAL DE COIMBRA

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

Artigo 14º

(Local, Data e Horário)

1. O Congresso Distrital reunirá no dia 22 de abril de 2023 (sábado), no Centro Cultural e Recreativo de Praia de Mira, sita na Rua da Praia, n.º 29, com início às 09h30.

ERRATA REGULAMENTO CONGRESSO DISTRITAL DE LISBOA AO

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

Artigo 14º

(Local, Data e Horário)

1. O Congresso Distrital reunirá no dia 29 de abril de 2023 (sábado), na ACIRO Praceta Dr. Vilela, n.º 2, 2560-346 Torres Vedras, com início às 10h30.

ERRATA REGULAMENTO CONGRESSO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

Artigo 14º

(Local, Data e Horário)

1. O Congresso Distrital reunirá no dia 30 de abril de 2023 (sábado), no Auditório da EB2/3S Rua Dr. Joaquim Carlos da Cunha Cerqueira, n.º 25, 4970-952 Arcos de Valdevez, com início às 14h30.

de Estudantes Social Democratas da referida instituição, para reunir no dia 19 de Abril de 2023, das 16h às 18h, no Campus Avenida de Berna, na Avenida de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Direção e da Mesa do Plenário do NESD NOVA-FCSH.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Gabinete de Ensino Superior da Distrital de Lisboa, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá no local supracitado.

NESD FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos da Juventude Social Democrata, convocam-se os militantes da JSD que sejam estudantes inscritos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social-Democratas da referida Instituição, para reunir no dia 27 de Abril de 2023, das 18h00 às 19h30 na sala 10.8 da Faculdade de Direito de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão da situação política;
- 2 – Aprovação de alteração Orgânica com vista à criação de departamentos Temáticos.

ERRATA REGULAMENTO CONGRESSO DISTRITAL DE ÉVORA

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

Artigo 14º

(Local, Data e Horário)

1. O Congresso Distrital reunirá no dia 15 de abril de 2023 (sábado), nos Paços de Évora / Palácio de Dom Manuel, sita na Rua 24 de Julho, n.º 1, com início às 15h00.

ERRATA REGULAMENTO CONGRESSO DISTRITAL DE SETÚBAL ?

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

Artigo 14º

(Local, Data e Horário)

1. O Congresso Distrital reunirá no dia 15 de abril de 2023 (sábado), na Auditório do Museu do Parque Empresarial Baía Tejo, Rua 44, n.º 29-25, 2830-904 Barreiro, com início às 15h00.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL ANTERIOR 29/03/23 NESD NOVA-FCSH

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos na Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, para o Plenário do Núcleo



Trabalhadores Social Democratas

CONVOCATÓRIA

Nos termos do ponto 2 do art.º41º dos Estatutos dos TSD e do art.º3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD-Trabalhadores Social Democratas, convoca-se a Assembleia Distrital de Faro para eleger o respectivo Secretariado Distrital e Mesa da Assembleia Distrital.

A eleição terá lugar no dia 06 de Maio de 2023 (sábado), entre as 15h00 e as 18h00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais

As Mesas de Voto funcionarão nos seguintes locais:

Mesa 1 – Sede Distrital TSD (Beco Frei André Álvares, 56, em Faro), onde votarão os

militantes dos concelhos de Faro e de São Brás de Alportel;

Mesa 2 – Sede PSD Olhão (Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 23, em Olhão), onde

votarão os militantes dos concelhos de Olhão

e de Tavira;

Mesa 3 – Sede PSD Portimão (Rua do Colégio, 6, em Portimão), onde votarão os militantes dos concelhos de Portimão, de Lagoa, de Silves, de Monchique, de Lagos, de Aljezur e de Vila do Bispo;

Mesa 4 – Sede PSD Loulé (Rua Antero de Quental, 6, em Loulé), onde votarão os militantes dos concelhos de Loulé e de Albufeira;

Mesa 5 – Confraria do Atum (Rua Conselheiro Frederico Ramirez, 18, em V.R.S.A.), onde votarão os militantes dos concelhos de Vila Real Stº António, de Castro Marim e de Alcoutim.

A(s) lista(s), completa(s), deve(m) ser entregue(s) até às 17h00 do 5º dia útil anterior ao acto eleitoral.

Lisboa, 3 de Abril de 2023

O Secretariado Nacional

Ao abrigo da alínea a) do N.º1 do Artigo 47º dos Estatutos dos TSD, convoca-se uma Assembleia Distrital Eletiva dos TSD Algarve, para que das 15,00H às 18,00H do dia 06 de Maio de 2023 se cumpra o disposto na alínea g) do Artigo 44º dos referidos Estatutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Aprovação dos delegados dos TSD à Assembleia Distrital do PSD, sob proposta do Secretariado Distrital.

As Mesas de Voto funcionarão nos seguintes locais:

Mesa 1 – Sede Distrital TSD (Beco Frei André Álvares, 56, em Faro), onde votarão os militantes dos concelhos de Faro e de São Brás de Alportel;

Mesa 2 – Sede PSD Olhão (Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 23, em Olhão), onde votarão os militantes dos concelhos de Olhão e de Tavira;

Mesa 3 – Sede PSD Portimão (Rua do Colégio,

6, em Portimão), onde votarão os militantes dos concelhos de Portimão, de Lagoa, de Silves, de Monchique, de Lagos, de Aljezur e de Vila do Bispo;

Mesa 4 – Sede PSD Loulé (Rua Antero de Quental, 6, em Loulé), onde votarão os militantes dos concelhos de Loulé e de Albufeira;

Mesa 5 – Confraria do Atum (Rua Conselheiro Frederico Ramirez, 18, em V.R.S.A.), onde votarão os militantes dos concelhos de Vila Real Sto António, de Castro Marim e de Alcoutim.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital